



Congresso analisa hoje sete vetos presidenciais

Pauta, que abre com trechos vetados da lei que regulamentou a profissão de arqueólogo, também pode incluir créditos para o Executivo

O Congresso Nacional deve se reunir hoje, a partir das 11h, para analisar sete vetos presidenciais. A pauta será aberta com a votação de trechos vetados da lei que regulamentou a profissão de arqueólogo.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, também pode incluir na lista de votações projetos de lei que abrem créditos especiais ou suplementares para órgãos do Executivo. **3**



Eunício (ao microfone) vai comandar a sessão e pode incluir na pauta projetos que abrem créditos para órgãos do Executivo

Roubo com arma branca pode ter pena aumentada

O Senado pode votar hoje projeto que aumenta de um terço até a metade a pena para quem usar arma branca, como faca e canivete, em crime de roubo.

A proposta, da Comissão de Constituição e Justiça, também aumenta a pena em outras situações: se o roubo for praticado por mais de uma pessoa, se a vítima estiver trabalhando com transporte de valores, se houver sequestro e se o roubo for de explosivo. **3**



Junho de 2013 expôs força das redes sociais e insatisfação

Em junho de 2013, uma manifestação contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo se transformou em um pro-

testo nacional. Cinco anos depois, o *Especial Cidadania* relembra os fatos que marcaram a história recente do Brasil. **4 e 5**



Manifestantes em frente ao Congresso Nacional: milhões foram às ruas

Paulo Cinquentim/Agência Senado

Mercado quer trabalho sem direitos, aponta debate

Participantes de audiência pública da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho disseram que a ten-

dência do mercado de trabalho é eliminar direitos do trabalhador para transformá-lo em autônomo e utilizá-lo como

fator de produção. A reunião discutiu a jornada de trabalho, o trabalho extraordinário e o salário mínimo. **8**



Paulo Paim (C) preside audiência que contou com participação de professores universitários, sindicalistas e juristas

Gerardo Magela/Agência Senado

Senado participa de Campus Party em Brasília

Senado e Câmara participam, a partir de amanhã, da Campus Party Brasília, no Estádio Mané Garrincha. Na programação, estão maratona hacker e desafio para desenvolvimento de aplicativo. **2**

Professores temem tensão nuclear e terrorismo na Ásia

O risco de conflitos armados na fronteira da Índia com a China, a possibilidade de o Paquistão ter repassado tecnologia nuclear para

terroristas e a reprovação às recentes atitudes de Donald Trump deram o tom em debate da Comissão de Relações Exteriores ontem. **7**



Presidente da CRE, Fernando Collor (C) fez duras críticas a Donald Trump

Roque de Sá/Agência Senado

Produtores e caminhoneiros debatem frete **3**

Rádio estreia programa sobre imigração **7**

Audiência discute remédios para doenças raras **8**

Câmara e Senado: a democracia conectada

Visite nossa bancada na Campus Party

Parlathon (o nosso hackathon)

De 27 de junho a 1º de julho
Estádio Mané Garrincha
#CamaraeSenadoNaCampus

Palestras

Desafio VisitApp

BRASILIA campus party

SENADO FEDERAL CÂMARA DOS DEPUTADOS

Senado e Câmara terão espaço na Campus Party

Promover a transparência do Parlamento, melhorando o acesso dos cidadãos aos dados legislativos, é o objetivo das ações que as duas Casas do Congresso lançarão na feira, esta semana, em Brasília

MARATONA HACKER, LANÇAMENTO de um desafio para o desenvolvimento de um aplicativo e palestras fazem parte da programação com que a Câmara dos Deputados e o Senado participarão da Campus Party Brasília, que ocorre de amanhã a domingo, no Estádio Mané Garrincha.

A ideia é promover a transparência do Parlamento e conectar o público da feira com o ambiente legislativo. A iniciativa permitirá que o cidadão tenha maior proximidade com o trabalho realizado pelos núcleos de tecnologia do Congresso e possa compreender e interagir com os sistemas de dados abertos da Câmara e do Senado.

Um dos maiores eventos tecnológicos do mundo, a Campus Party é um festival de inovação, ciência, empreendedorismo e criatividade, voltado principalmente para os chamados *geeks*, jovens com



Marca mundial, a Campus Party já teve uma edição em Brasília em 2017

grande interesse no universo digital. Essa é a segunda edição brasileira e deve reunir milhares de pessoas.

Para a quinta-feira, está marcado o workshop de abertura do Parlathon 2018, uma maratona tecnológica para o desenvolvimento de aplicativos ou programas que possibilitem ao cidadão comum visualizar e

compreender a tramitação de um projeto de lei por meio dos dados abertos.

Na sexta será lançado o Desafio VisitApp, que propõe a criação de um aplicativo para tornar a visita do Congresso mais dinâmica e possível de ser feita, inclusive, por meio de passeio virtual. As inscrições para o Desafio são gratuitas e poderão ser feitas da sexta-feira até 28 de setembro. As premiações incluem R\$ 15 mil para o primeiro lugar, um notebook Alienware Dell 17 5R para o segundo e R\$ 5 mil para o terceiro.

Também estão programadas duas palestras. UX na Legimática discutirá a importância da visualização gráfica para a informação legislativa. E Processamento de Linguagem Natural com R e Python fará uma análise do discurso parlamentar.

Página do Congresso na feira: <http://bit.ly/CongressoCampusParty>
Site da Campus Party Brasília: <http://bit.ly/CampusPartyBSB>

Programe-se

- Parlathon Go:** workshop de abertura do Parlathon 2018
Dia: 28/6 (quinta-feira) • Horário: das 15h30 às 17h30
Local: Hacka Space
- Lançamento do Desafio VisitApp** sobre a visita do Congresso Nacional
Dia: 29/6 (sexta-feira) • Horário: 11h30
Local: Palco Feel the Future
- Palestra UX na Legimática**
Palestrante: João Lima (analista de informática legislativa do Senado)
Dia: 29/6 (sexta-feira) • Horário: das 15h às 15h45
Local: Palco Steam
- Parlapitch:** workshop dos resultados das equipes inscritas no Parlathon 2018, em formato de pitch (apresentação rápida)
Dia: 30/6 (sábado) • Horário: das 13h às 16h
Local: Hacka Space
- Palestra Processamento de Linguagem Natural com R e Python na Análise de Discurso**
Palestrante: Fabiano Peruzzo Schwartz (analista legislativo da Câmara)
Dia: 30/6 (sábado) • Horário: das 18h às 18h45
Local: Palco Steam

Interlegis capacita câmaras municipais, diz senador

Garibaldi Alves Filho (MDB-RN) afirmou na quinta-feira, durante a abertura do Encontro Regional Interlegis em Natal, que a capacitação de vereadores e servidores de câmaras municipais do Rio Grande do Norte tem contribuído para melhorar a transparência e o acesso às informações das Casas legislativas do interior.

Na semana passada, servidores de 13 câmaras municipais haviam participado de oficina sobre o uso do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo. Em maio, a capacitação beneficiou sete municípios do oeste potiguar. O encontro de quinta-feira, realizado em parceria com a Federação das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte e a

Câmara Municipal de Natal, reuniu mais de 150 pessoas.

— O Interlegis coloca ferramentas gratuitamente à disposição das câmaras, como o Portal Modelo e o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, contribuindo para a modernização e transparência. Levantamento feito pelo Interlegis mostrou que 35% das câmaras municipais do Rio Grande do Norte não tinham portal de internet. Isso é impensável no século 21, em pleno domínio das mídias sociais e da democracia digital — disse Garibaldi.

Participantes

Também participaram do encontro o presidente da Câmara Municipal de Natal,

vereador Raniere Barbosa; a coordenadora de Eventos do ILB/Interlegis, Dalva Dutra, e vereadores e funcionários das Câmaras Municipais de Natal, Carnaúba dos Dantas, São Paulo do Potengi, Santa Cruz, São José do Mipibu, Tenente Ananias, Paraú, Touros, Ipangaçu, São Gonçalo do Amarante, Santana do Seridó, Maxaranguape e Ceará-Mirim.

O Interlegis é uma iniciativa do Senado, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro, que, em parceria com Legislativos de todo o Brasil, promove capacitação e fornece ferramentas tecnológicas voltadas ao trabalho legislativo, à transparência e à responsabilidade social das Casas parceiras.

Comissão debate projeto sobre dados pessoais em meio digital

A Comissão de Assuntos Econômicos promove hoje, às 11h, audiência interativa sobre o projeto de lei que regulamenta o tratamento de dados pessoais. O debate contará com representantes do setor empresarial e do setor público, da área acadêmica, de organizações de defesa do consumidor e do Conselho de Comunicação Social do Congresso. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 53/2018 define o tratamento de dados pessoais, que vem a ser o cruzamento de dados e informações de uma pessoa específica ou de um grupo para direcionar decisões comerciais (perfil de consumo do titular para fins de marketing ou divulgação de ofertas de bens ou serviços), políticas públicas ou atuação de órgão público. Podem ser tratados todos e quaisquer

dados, como nome, endereço, e-mail, idade, estado civil e patrimônio, obtido em qualquer suporte (papel, eletrônico, som e imagem etc.).

O projeto (PL 4.060/2012, na Câmara dos Deputados) é relatado por Ricardo Ferraço (PSDB-ES). O texto tramita apensado ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 330/2013, que estabelece regras de proteção de dados pessoais, e que já tramita em conjunto com o PLS 131/2014 (que trata do fornecimento de dados de cidadãos ou empresas brasileiras a organismos estrangeiros) e o PLS 181/2014, que estabelece garantias e obrigações referentes à proteção de dados na internet.

Com Agência Câmara

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar do debate

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLDO 2019 Emendas

9h Treze comissões votam emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 a partir das 9h: CI, CCT, CAE, CCI, CRE, CAS, CRA, CE, CDH, CDR, CMCVM, CTFC e CMMC.

CDH Saúde pública

9h Audiência sobre saúde pública, SUS e planos de saúde, com foco na situação da Geap, Capesau e seus beneficiários.

CI Logística

9h Audiência sobre o sistema logístico.

MP 832/2018 Transporte de cargas

9h Audiência com caminhoneiros. Às 14h30, debate com usuários

CMO Crédito extraordinário

10h Entre 4 itens, a MP 825/2018, que abre crédito extraordinário para a Presidência da República.

CRE Finlândia e Bolívia

10h Sabatina de embaixadores para Finlândia e Bolívia.

CAS Hospitais filantrópicos

10h30 Audiência para avaliar a Política de Atenção Hospitalar e da Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS

CMA Assentamentos rurais

10h30 Audiência para debater situação ambiental dos assentamentos rurais.

CRA Compra de leite

11h A Emenda da Câmara dos Deputados 1/2018, que aumenta limite mínimo em programa de compra de leite, é um dos 6 itens da pauta.

CAE Dados pessoais

11h Audiência sobre projeto que regulamenta o uso de dados pessoais em meios digitais.

CONGRESSO Sessão conjunta

11h Vetos presidenciais e propostas orçamentárias.

CE Biometria em estádios

11h30 Entre 18 itens, o PLS 272/2017, que obriga a catraca com controle biométrico para acesso em estádios de futebol

CAS Doenças raras

14h Audiência sobre a compra de medicamentos para doenças raras.

CDR Salva-vidas

14h Na pauta, o PLC 42/2013, que regulamenta a profissão de salva-vidas, e mais 7 itens.

CMCVM Requerimentos

14h Análise de 7 requerimentos

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Estão na pauta da sessão de votações o PLS 188/2014 — Complementar, que permite a divulgação, por parte da Fazenda Pública, dos beneficiários de renúncia de receita, e o PLS 513/2017, que altera o limite de potência de transmissão e a quantidade de canais designados para a execução do serviço de radiodifusão comunitária.

CMMC Desmatamento ilegal

14h30 Audiência para debater o combate ao desmatamento ilegal na Amazônia e no Cerrado.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Rouge de S6/Agência Senado — 15/5/2018



O primeiro veto a ser analisado hoje por deputados e senadores é o que atingiu vários artigos da lei que regulamentou a profissão de arqueólogo

Congresso tem sessão conjunta para analisar sete vetos presidenciais

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, também pode incluir na pauta projetos que abrem créditos especiais para órgãos do Executivo

O CONGRESSO NACIONAL deverá fazer sessão conjunta hoje, a partir das 11h, com sete vetos presidenciais na pauta de votações.

Também há a possibilidade de serem incluídos na pauta pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, projetos de lei que abrem créditos especiais ou suplementares para

órgãos do Poder Executivo.

O primeiro item a ser analisado é o Veto 13/2018, que atingiu a lei de regulamentação da profissão de arqueólogo (Lei 13.653). O veto cancelou vários artigos, entre eles o que determinava a exclusividade do desempenho das atividades de arqueólogo por profissionais da área.

De acordo com o presidente da República, Michel Temer, o dispositivo poderia conduzir à interpretação de que todas as atividades arroladas na lei sancionada seriam de exercício privativo, o que entraria em conflito com o livre exercício profissional, ao reservar atividades ou atribuições exclusivas.

Também está na pauta o Veto 14/2018, que anulou totalmente o PLC 58/2016. O projeto transformaria em rodovia federal a estrada entre Bom Jesus (RS) e Bom Retiro (SC). São 161 quilômetros da estrada conhecida como “Rota das Neves” por interligar a Serra Gaúcha com a Serra Catarinense.

Senado pode votar aumento de pena para roubo com arma branca

O emprego de armas brancas, como facas e canivetes, pode voltar a ser agravante para crime de roubo. É o que prevê projeto que está na pauta do Plenário e pode ser votado hoje.

O PLS 279/2018 prevê aumento entre um terço e metade da pena para quem usar esse tipo de arma no crime.

Até abril o emprego de arma

branca era considerado agravante para o crime de roubo. Essa norma, no entanto, foi excluída pela Lei 13.654, que aumentou a pena para roubo com uso de explosivos. A mudança recebeu críticas de especialistas em Direito Penal e de integrantes do Judiciário e do Ministério Público, o que levou a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a apresentar

o projeto.

De acordo com o Código Penal o crime é de roubo quando houver subtração de algo alheio mediante grave ameaça ou violência à pessoa. A pena é de reclusão de 4 a 10 anos, além de multa. A punição pode ser aumentada em dois terços se houver violência com arma de fogo ou se forem usados explosivos.

Também está previsto aumento de pena de um terço até metade se o roubo for praticado por mais de uma pessoa, se a vítima estiver trabalhando com transporte de valores, se for roubo de veículo seguido de remoção para outro estado ou para o exterior, se houver sequestro ou se o roubo for de substâncias explosivas ou de acessórios para sua fabricação.

Comissão da MP do frete ouve hoje caminhoneiros e produtores

A comissão mista da medida provisória que instituiu o preço mínimo do frete rodoviário por quilômetro rodado terá audiências públicas hoje com representantes dos caminhoneiros e dos setores industrial e do agronegócio.

A MP 832/2018 foi editada como parte do acordo para pôr fim à greve dos caminhoneiros, no mês passado.

Com a MP, estão vigentes desde 30 de maio tabelas com preços mínimos para o transporte de cargas geral, a granel, frigorífica, perigosa e neogranel (mercadorias de carga geral, sem embalagem, transportada em lotes, como automóveis, por exemplo). Mas o tabelamento tem sido criticado pelos setores produ-



A MP fez parte do acordo fechado durante a greve dos caminhoneiros

tivos. Mais de 50 ações contra a medida foram impetradas no Supremo Tribunal Federal (STF). Os caminhoneiros reclamam que o preço mínimo vem sendo desrespeitado.

A partir das 9h30, a comis-

são ouvirá representantes da Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam), do Sindicato dos Transportadores Rodoviários de Bens do Estado de São Paulo (Sindicam) e de entidades representativas dos

caminhoneiros e transportadores autônomos de Goiás, Ceará, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

À tarde, a partir das 14h30, são esperados, entre outros, representantes da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga (Anut), da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), da Federação das Empresas de Transporte de Cargas de São Paulo (Fetcesp) e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Vanessa cobra informação sobre laqueadura

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) informou que a Procuradoria Especial da Mulher do



Senado pediu que os Conselhos Nacional de Justiça e do Ministério Público se manifestem sobre um caso de laqueadura feita sem o consentimento de uma paciente em Mococa (SP). A pedido do Ministério Público, um juiz teria determinado a realização da laqueadura, logo após a mulher dar à luz, e determinou que o recém-nascido fosse afastado da mãe.

— Medidas como essas nem em regimes ditatoriais são tomadas.

Paim apoia regras para agentes de saúde e endemias

Paulo Paim (PT-RS) registrou ontem o apoio à medida provisória que regulamenta as atividades dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias. A MP 827/2018 estabelece jornada de 40 horas e piso salarial e determina que os agentes devem frequentar cursos de aperfeiçoamento. O senador destacou o papel dos agentes de saúde preventiva.

— Existem no Brasil quase 350 mil agentes comunitários de saúde e de combate a endemias. É fundamental a presença desses profissionais nas estratégias de saúde da família e nas estruturas de vigilância epidemiológica e ambiental.

Reguffe: reajustes de taxas cartoriais são absurdos

Reguffe (sem partido-DF) pediu aos senadores que barrem projeto que tramita na Comissão de



Constituição e Justiça para aumentar taxas de cartório. Segundo ele, os aumentos são absurdos, até 747% no caso do reconhecimento de firma do DUT, necessário para transferir a propriedade de um veículo. O preço passaria de R\$ 3,90 para R\$ 33,03.

O senador lembrou que, em 2017, conseguiu retirar da pauta o PLC 99/2017, que veio da Câmara, onde, segundo ele, foi aprovado na surdina, mas agora o projeto voltou a tramitar no Senado.

Junho deixou sementes de participação popular

Em 2013, milhões de pessoas foram às ruas, inicialmente em protesto contra o aumento das tarifas de transportes. Mas a pauta se tornou difusa e sem líderes evidentes. Pela primeira vez no país, as redes sociais mostraram seu poder de mobilizar a população

Guilherme Oliveira

HÁ CINCO ANOS, “o gigante acordou”. Essa frase, pinçada de uma combinação de trechos do Hino Nacional Brasileiro, tomou-se o símbolo de junho de 2013. Naquele mês, milhões de pessoas saíram às ruas do país em protestos imprevistos e largamente

espontâneos. Com pautas em geral difusas e sem lideranças destacadas, surpreenderam as autoridades e motivaram iniciativas institucionais improvisadas.

Ao mesmo tempo, junho de 2013 escancarou uma vontade de participação popular que se encontrava dormente no peito dos brasileiros. Estimulados

pelo espírito das multidões, os cidadãos deram voz a demandas por serviços públicos de maior qualidade e combate à corrupção.

Para muitos, foi a primeira experiência de atividade política reivindicatória, e quase nunca a última, já que participar da vida política e da cobrança por melho-

res serviços públicos tornou-se rotina para parte da população.

Um exemplo de participação são organizações como o Observatório Social do Brasil. Presente em 135 municípios, o observatório monitora a execução orçamentária e a realização de licitações, entre outras atividades do setor público.

Analistas destacam causas e resultados dos protestos

O Brasil não foi o único país a experimentar um levante social de grandes dimensões nesta década. Começando em 2011, nove nações da América Latina presenciaram e participaram de eventos similares.

A cientista social Beatriz Pedreira explicou que esses acontecimentos têm em comum o fato de expressarem o amadurecimento da primeira geração que nasceu após o período de redemocratizações da região.

— É uma geração que não tem medo de lutar contra o status quo porque não viveu repressão. Vivendo sob a democracia, por mais que a cultura não esteja enraizada, ela tem a ideia de que pode transformar a sociedade. Esses fatos criam um ambiente para que ocorra a tomada das ruas.

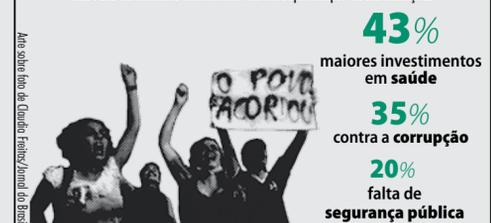
O professor de filosofia Bruno Cava destacou que, além das causas subjacentes mais amplas, as reações iniciais das autoridades aos protestos — repressão policial e minimização da seriedade das demandas — podem ter atraído mais atenção e simpatia para os manifestantes e suas causas. Isso teria motivado a entrada em cena de um novo contingente de pessoas.

— Se tem algo que agrava a sensação de privação e sofrimento é estar sendo aviltado pelos governantes. A tentativa de reprimir as primeiras manifestações tiveram efeito inverso. Estamos no campo das hipóteses, mas talvez tenha a ver com o acúmulo despuerado de propaganda enganosa ligada aos megaeventos, um Brasil da vitrine que estava sendo vendido, levando o caldo das indignações para além do ponto de ebulição.

Para Beatriz, dos protestos emergiu uma nova categoria de lideranças: cidadãos que são capazes de mobilizar e de usar as tecnologias de comunicação para impulsionar iniciativas sociais. Isso significa ampliar a representatividade e a visibilidade de segmentos minoritários e marginalizados. Ela também apontou que

Veja os motivos que levariam os cidadãos a novas rodadas de manifestações

Protestos revelaram inédita disposição dos brasileiros para estampar nas ruas de maneira continuada um cardápio amplo de insatisfações



| Veja os outros motivos | Porcentual de entrevistados |
|--|-----------------------------|
| Contra a inflação | 16% |
| Melhorias nos serviços públicos | 14% |
| Maiores investimentos em educação | 14% |
| Contra os políticos em geral | 14% |
| Pela melhoria da qualidade do transporte público | 11% |
| Para gratuidade do transporte público | 6% |
| Contra a violência policial em manifestações | 6% |
| Contra a Fifa/Copa no Brasil | 6% |
| Reforma política | 5% |
| Contra os governos em geral | 5% |
| Contra o governo federal/presidente da República | 4% |
| Contra as empresas de ônibus | 4% |
| Contra os partidos políticos | 3% |
| Contra a prefeitura/prefeito da cidade | 3% |
| Contra o governo estadual/governador | 2% |
| Redução da jornada de trabalho | 2% |
| Baixar os impostos | 1% |
| Aumento do salário mínimo | 1% |
| Geração de empregos | 1% |
| Outros com menos de 1% | 2% |
| Nada faria participar | 2% |
| Não sabe/Não respondeu | 19% |

Fonte: CNI/Bope

países como o Chile e o México veem o legado de seus movimentos se estender para a política institucional. No Brasil, isso acontece de forma mais “tortuosa” porque conviveamos com o fator das grandes investigações de corrupção, que produzem descrença em relação ao poder constituído. No entanto, segundo ela, já se veem pequenos fenômenos localizados na política municipal e isso poderá ser mais percebido nas eleições de 2018.

— Veremos novas caras. As pessoas engajadas sabem que o lugar de transformação é na política, não fora dela.

Cava disse não acreditar que houve um legado institucional dos protestos de 2013, uma

Governo e ONGs criam parcerias para melhorar serviços

A intervenção social sobre o poder público ganhou um novo olhar com os protestos de 2013 e as suas reivindicações por mais recepção às demandas da sociedade. De um lado, a própria sociedade se organiza para se fazer ouvida; do outro, instâncias do Estado se abrem e se adaptam para se tornarem mais permeáveis aos cidadãos, incorporando intervenções populares.

Um exemplo desse segundo caso é a Virada do Cerrado. O evento, organizado no Distrito Federal desde 2015, consiste em uma maratona de ações de promoção da educação ambiental em diversos locais do DF. Também serve como ponto de encontro para grupos e atores sociais que são ativos na área ambiental, tanto com o governo quanto uns com os outros.

A operação da Virada passou por uma alteração fundamental após a primeira edição, conforme explica a coordenadora Claudia Sachetto, assessora especial da Secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal. Inicialmente, um único núcleo concentrava todo o planejamento das atividades, mas isso mudou

— Houve um pedido da própria sociedade para engajar mais as pessoas, e foram criados os comitês locais. Hoje, cada região tem seu comitê. Em alguns o governo nem está envolvido, a sociedade civil sozinha puxa as atividades.

Sachetto diz acreditar que uma relação saudável de cooperação entre governo e sociedade é produtiva pois aumenta o alcance das políticas públicas e permite que elas sejam elaboradas com mais propriedade e efetividade.

— Estamos vindo de uma crise nacional profunda e sabemos que as pessoas não estão muito crenes no futuro. Mas a Virada mostra para nós que a participação é possível e que as pessoas estão querendo influir nas políticas públicas das suas regiões.

O Observatório Social do Brasil exemplifica a organização da sociedade para interferir no trabalho do Estado. O Observatório é uma rede de técnicos e voluntários que está presente em 135 cidades de 16 estados. As unidades monitoram as atividades dos órgãos estatais, a atuação dos conselhos gestores, a execução orçamentária e a realização de licitações, entre outros aspectos do trabalho do setor público.

A diretora-executiva da coordenação Nacional da Rede de Observatórios, Roni Rodrigues, explica que uma das principais preocupações do Observatório é assegurar a transparência do setor público. Para isso, as unidades atuam próximo aos órgãos oficiais, verificando editais e contratos e analisando a atuação dos conselhos setoriais, que fiscalizam o governo local.

Esses conselhos são motivo de especial atenção, porque, tecnicamente, estão na linha de frente da representação social diante da prefeitura e suas secretarias. Segundo Roni, muitas vezes essa atuação deixa a desejar.

— Nas cidades menores, em geral os conselheiros são indicados e não escolhidos em conferência. Não sabem o que estão fazendo lá, não sabem do que se tratam os planos básicos, apenas assinam a prestação de contas.

Quando esses problemas são verificados, o observatório procura parcerias com o Ministério Público, os tribunais de Contas e a Controladoria-Geral da União para capacitar os conselheiros e aprimorar a sua atuação.

Para a diretora-executiva, o Brasil tem um bom arcabouço de leis referentes ao controle social. No entanto, as instâncias oficiais que trabalham com isso são subfinanciadas. E também as não-oficiais: segundo Roni Rodrigues, há diversas iniciativas que poderiam se qualificar para editais públicos destinados à sociedade civil, mas inexistem

uma boa alocação para essa área.

A instalação de observatórios em cidades deve partir de uma requisição da comunidade local. A central nacional se encarrega de montar e capacitar a equipe no município. Nos primeiros meses de 2018, a coordenação nacional recebeu solicitações de instalação de bases em 20 novos municípios, e até o fim do ano já estão previstas a criação de mais de 50 unidades — para contraste, a média anual de novos observatórios vinha sendo de 14.

O observatório deve começar a trabalhar com unidades estaduais em breve, mas o foco na atuação concentrada localmente continuará sendo prioritário. O objetivo disso é despertar uma cultura comunitária de fiscalização dos recursos no local onde eles são gastos.

— Uma grande massa da população começa a entender que a corrupção não está só em Brasília, mas em todas as cidades. E nos municípios que a vida acontece, onde o dinheiro é gasto, onde as pessoas estão mais próximas dele.



Em 17 de junho, a plataforma onde estão as cúpulas da Câmara e do Senado foi ocupada por manifestantes. Dias depois, o Congresso adotou agenda motivada pelos protestos

Aumento de tarifa de transporte desencadeou protestos em todo o país

Aumentos nas tarifas de transportes públicos trouxeram irritação aos habitantes de diversas capitais no início do ano de 2013, e pequenos atos aconteceram nessas cidades. No mesmo período, o Brasil se preparava para sediar a Copa das Confederações de futebol, evento para o qual havia investido grandes somas de dinheiro público em grandes estádios. Em face disso, o custo do transporte público tornou-se ainda mais incômodo e os questionamentos logo transbordaram para os serviços públicos de forma geral — escolas, hospitais, polícia, saneamento. Também se falava em intensificação do combate à corrupção.

As manifestações mostravam resiliência, e as pautas, embora difusas, contagiavam.

As autoridades começaram a responder. Algumas prefeituras que haviam anunciado aumento das tarifas de transporte recuaram. No dia 21, a então presidente Dilma Rousseff, fez o primeiro pronunciamento sobre os acontecimentos, afirmando que trabalharia por uma ampla reforma política. Três dias depois, ela se reuniria no Palácio do Planalto com os integrantes do Passe Livre, mas as negociações não avançaram porque a ideia de tarifa zero foi considerada utópica pelo governo.

Dilma encaminhou à Câmara dos Deputados proposta de plebiscito para determinar a convocação de uma assembleia constituinte que seria encarregada de reformar especificamente dispositivos da Constituição sobre o sistema político — a ideia também não foi à frente.

Governo e parlamentares tocaram uma agenda de votações destinada a aplacar os protestos: os royalties obtidos com o pré-sal foram destinados a financiar educação e saúde públicas; a corrupção viu crime hediondo; a Câmara começou a discutir o fim do voto secreto na cassação de deputados; e foi rejeitada uma proposta de emenda constitucional que retiraria poderes investigativos do Ministério Público.

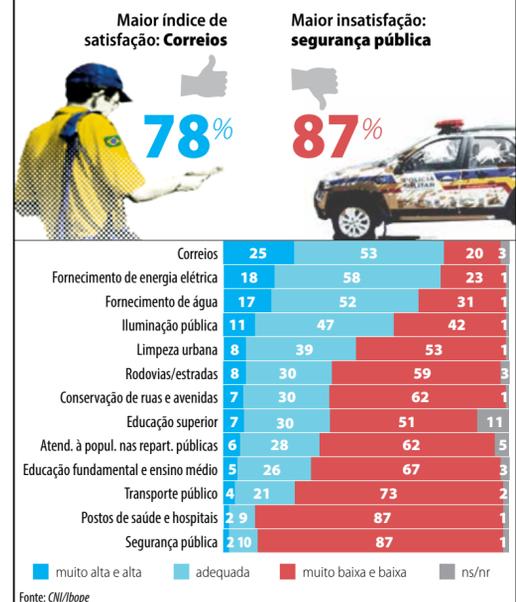
O presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, José Cavalcanti, recordou que já havia mobilização da categoria contra a PEC há meses e isso contribuiu para que a pauta estivesse em evidência quando os protestos irromperam.



População lota rodoviária de Brasília em apoio à reivindicação de transporte gratuito

Avaliação dos serviços públicos durante as manifestações de 2013

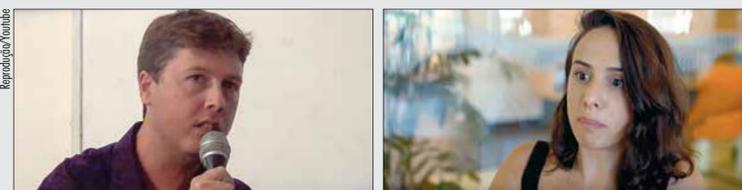
Reajuste das tarifas de ônibus e metrô provocaram protestos, que cresceram por causa da insatisfação com o atendimento do Estado em diversos setores



Fonte: CNI/Bope



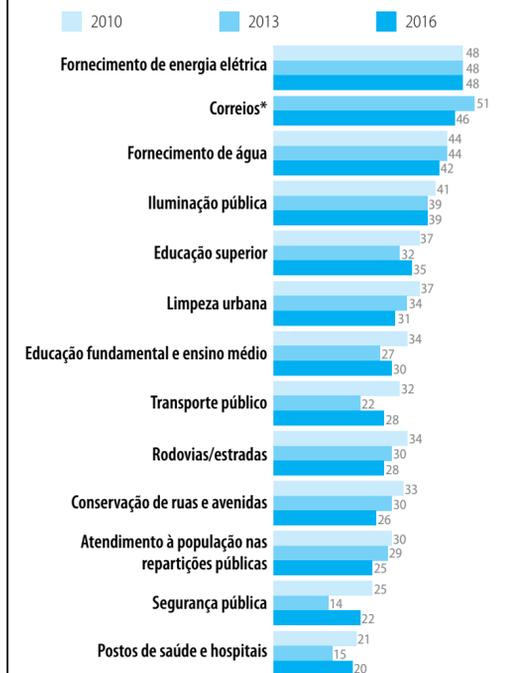
Cavalcanti disse que havia mobilização de procuradores contra a PEC em junho



Para Bruno Cava, protestos não deixaram legado institucional; Beatriz Pedreira diz que, deles, surgiram novas lideranças

Como evoluiu a percepção sobre os serviços públicos entre 2010 e 2016

Apesar de melhoras pontuais na avaliação entre 2013 e 2016, nenhum serviço conseguiu nota acima de 50 em cinco anos, exceto os Correios



Obs: Quanto maior o indicador, maior o percentual da população que avalia positivamente os serviços. Valores abaixo de 50 pontos indicam avaliação negativa do serviço.

Nota: Os dados de 2013 são referentes a Retratos da Sociedade Brasileira 11: qualidade dos serviços públicos e tributação. Os dados de 2010 são referentes a Retratos da Sociedade Brasileira 3: qualidade dos serviços públicos e tributação.

*Em 2010 não se avaliaram os Correios.

Fonte: CNI/Bope

Saiba mais

Pesquisa Emergência Política
www.emergenciapolitica.org

Virada do Cerrado
www.tonavirada.org

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Senadora cobra fiscalização maior de incentivos fiscais

Líder do MDB defende a criação de comitê gestor para acompanhar renúncias concedidas. Votação de projeto que prevê a divulgação dos nomes de quem é beneficiado pode ser concluída pelo Plenário

A LÍDER DO MDB, Simone Tebet (MS), afirmou que o governo federal e o Congresso Nacional precisam criar um comitê gestor para acompanhar a efetividade de benefícios fiscais concedidos a setores da economia. A recomendação consta do relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as contas de 2017 do governo.

— Benefícios fiscais são necessários, mas a concessão foi desorganizada. Está na hora de ver se estão surtindo efeito. Sou a favor de continuarmos com os incentivos para os setores que geram emprego e renda e retirar de quem só está se enriquecendo à custa de dinheiro de imposto que deixa de ser aplicado — ressaltou.

Em entrevista na sexta-feira ao programa Conexão, da Rádio Senado, Simone explicou que, nos últimos 15 anos, os governos concederam renúncias fiscais sem critério para diversos setores da indústria,

do comércio e do agronegócio, sem a preocupação de mensurar o retorno delas. Hoje, com o país em crise fiscal e sem recursos para atividades essenciais, não há mais condições de abrir mão de receita, disse.

Em outra medida destinada a aprimorar a eficiência dos benefícios fiscais, o Plenário do Senado pode finalizar nesta semana a votação do projeto que obriga a publicação do

nome dos favorecidos por essas políticas. O texto principal do PLS 188/2014, de Randolfe Rodrigues, foi aprovado no dia 12, mas ainda resta decidir se tanto pessoas físicas quanto jurídicas ficarão sujeitas à divulgação.

Simone defendeu ainda que a divulgação de benefícios recaia principalmente sobre aqueles concedidos nacionalmente a setores específicos da economia.



Para Simone Tebet, a concessão de benefícios fiscais deve ser avaliada

Jefferson Ruy/Agência Senado

Sistema logístico brasileiro será tema de audiência

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) promove audiência pública hoje para debater o sistema logístico brasileiro.

O objetivo do debate, previsto para começar às 9h, é conhecer e avaliar programas, ações e investimentos realizados para diversificar os modais de transporte no país.

Foram convidados para a audiência o diretor do Depar-

tamento de Infraestrutura de Logística do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Otto Luiz Burlier da Silveira Filho, e o diretor do Departamento de Gestão Estratégica e Informação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Rodrigo Otávio Moreira da Cruz.

O gerente jurídico da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF),

Regis Anderson Dudena, e o diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fabiano Mezadre Pompermayer, completam a lista de debatedores.

A audiência foi pedida por Lasier Martins (PSD-RS).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Colegiado debate situação ambiental de assentamentos rurais

A situação ambiental dos assentamentos rurais será discutida na Comissão de Meio Ambiente (CMA). Uma das principais preocupações é o estado de conservação das bacias hidrográficas nessas regiões. O debate interativo está marcado para hoje, às 10h30.

José Medeiros (Pode-MT), que pediu a audiência, lembrou que os assentamentos podem interferir diretamente no equilíbrio dos recursos naturais.

Entre os aspectos afetados, estão o regime de vazão, a quantidade e a qualidade

da água de córregos e rios, a preservação do potencial produtivo do solo e a manutenção da biodiversidade nas áreas de reserva legal e de preservação permanente, especialmente as matas ciliares.

“O estado de conservação das bacias hidrográficas e a

Comissão analisa cota para compra de leite pelo governo

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) deve se reunir hoje, às 11h, para votar projetos e decidir sobre as emendas da comissão ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019 (LDO — PLN 2/2018).

Um dos itens da pauta é a emenda da Câmara (ECD 1/2018) ao projeto que estabelece volume mínimo para aquisição de leite no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal. De Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), o PLS 186/2015 aumenta para 150 litros o limite mínimo diário a ser adquirido pelo governo de pequenos produtores de leite.

Criado em 2003, o PAA permitia, na época da apresentação do projeto, a compra direta dos pequenos produtores, sem necessidade de licitação, de volume de leite correspondente a R\$ 4 mil por semestre, o que equivaleria a uma cota diária de cerca de 22 litros. Hoje, o valor foi aumentado para R\$ 9,5 mil ao ano. O texto de Cássio também determina que a compra se baseie em litros diários e não em valores por período.

O projeto foi aprovado no final de 2016 e enviado à Câmara em fevereiro de 2017, onde recebeu emenda que reduz o valor proposto de 150 para 35 litros diários. Como foi modificado pelos deputados, o projeto retornou para a análise do Senado e foi enviado à CRA.

A relatora, Ana Amélia (PP-RS), diz em seu relatório reconhecer o mérito da proposta original. A senadora,

no entanto, alega “limitação orçamentária” e equilíbrio entre as diversas formas de compra do PAA para apoiar a modificação da Câmara. “O limite de 35 litros por dia, proposto e aprovado pela Câmara dos Deputados, mostra-se mais factível e com menor potencial de afetar significativamente outras modalidades do PAA”.

Outro item da pauta é o projeto de José Agripino (DEM-RN) que obriga o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) a autorizar a exploração de energia eólica ou solar a assentados da reforma agrária, assegurada a participação nos resultados. O relator do PLS 384/2016, Wellington Fagundes (PR-MT), apresentou um substitutivo ao projeto, que tramita em caráter terminativo.

Na mesma reunião, a CRA também pode votar o projeto que retira a exigência de averbação da cota de reserva ambiental na matrícula do imóvel (PLS 251/2018). De autoria de Wellington Fagundes, o texto tem o apoio do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO). Se aprovada na CRA, a proposta será encaminhada à Comissão de Meio Ambiente (CMA), onde vai tramitar em caráter terminativo.

Antes da votação dos projetos, Dalírio Beber (PSDB-SC) vai apresentar relatório sobre as emendas da comissão à LDO. Dalírio informou que foram apresentadas 9 emendas e que usou como critérios de acatamento o mérito e a pertinência financeira e orçamentária.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Audiência pública destaca riscos da proliferação nuclear na Ásia

Chance de novos conflitos armados na fronteira da Índia com a China, suspeitas de que o Paquistão repassou tecnologia a grupos terroristas e críticas às ações de Donald Trump marcaram debate de ontem na Comissão de Relações Exteriores

A TRANSMISSÃO DE tecnologia nuclear, o terrorismo internacional e as possibilidades de novos conflitos armados na fronteira da Índia com a China foram assuntos que provocaram polêmica ontem durante o 8º painel do ciclo de debates da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Ao relatar as tensões nucleares entre a China, a Índia e o Paquistão, a professora Layla Dawood, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), citou suspeitas de agências de inteligência ocidentais de que o Paquistão tenha repassado tecnologia nuclear a grupos terroristas. O embaixador do Paquistão no Brasil, Najm us Saqib, questionou a informação, afirmando que não houve esse repasse e criticou o uso somente de fontes ocidentais para um debate que envolve vários lados:

— Que fontes afirmam haver essa transmissão de tecnologia nuclear a terroristas?

O presidente da CRE, senador Fernando Collor (PTC-AL), apaziguou os ânimos, relatando que realmente tem-se de examinar todas as informações com muito cuidado. E citou os fatos que levaram a invasão do Iraque pelos Estados Unidos como um exemplo:

— Eu possuía profundo respeito ao general Colin Powell, que, representando o governo dos EUA, foi ao Congresso americano e às Nações Unidas afirmar, com fotos, que o Iraque possuía armas de destruição em massa, possivelmente nucleares. E isso justificaria uma invasão. O Iraque foi invadido, destruído e as armas não foram encontradas. Temos de ter todo cuidado com informações divulgadas.



Entre os professores Layla Dawood e Eugenio Diniz, Fernando Collor preside reunião na CRE

O professor Eugênio Diniz, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), analisou situações de tensão naquele continente. Ele falou da situação que envolve China, Índia e Paquistão. Os três países possuem armas nucleares e já entraram em conflitos armados em diversas ocasiões no século 20. O professor tratou do caso entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul, que envolve interesses dos EUA e do Japão.

Trump e Kim Jong-un

Diniz destacou que, da recente reunião entre o presidente americano Donald Trump e o líder norte coreano Kim Jong-un, não resultou um acordo com pontos a serem cumpridos:

— Quais as etapas da desnuclearização? Quem vai fiscalizar? Quais os prazos? O que cada lado vai cumprir? Isso está em aberto e sem respostas.

Segundo os acadêmicos, as escaladas nucleares entre a China e a Índia, e entre a Índia e o Paquistão são fontes

de tensão desde as independências indiana e paquistanesa em 1947. A China é a grande superpotência da região e por isso, a Índia, que também tem uma fronteira disputada com o Paquistão, optou por desenvolver um programa nuclear para sua defesa, explicaram.

Irã e Estados Unidos

Os professores abordaram a questão do Irã, que assinou um acordo com Estados Unidos, Alemanha e França se comprometendo a usar a energia nuclear apenas para fins pacíficos. Esse acordo entrou em crise a partir do instante que Donald Trump o abandonou. Collor criticou a atitude, que, segundo ele, tem criado crises após crises no cenário internacional:

— Trump abandona o Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas, o acordo de controle nuclear com o Irã, a Unesco. Sai do Conselho de Direitos Humanos da ONU e retira a assinatura do acordo do G-7. E tudo fica como se não houvesse consequências.

Indicados para embaixadas serão sabatinados hoje

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) sabatina hoje, a partir das 10h, os diplomatas indicados para as chefias das embaixadas brasileiras na Bolívia e na Finlândia.

Octávio Côrtes é o indicado pelo governo federal para a chefia da embaixada em La Paz, capital da Bolívia. O Itamaraty destaca que as relações com a Bolívia abrangem áreas de interesse estratégico, como integração energética, cooperação fronteiriça e combate a ilícitos transnacionais. Segundo o órgão, o gás natural boliviano contribui para a estabilidade energética do Brasil e é fonte de renda para a Bolívia. O produto representa hoje cerca de 31% do que é ofertado no mercado brasileiro. A indicação é relatada por João Alberto Souza (MDB-MA).

O diplomata João Luiz de Barros Pinto é indicado para embaixada na Finlândia. O relator é o senador Hélio José (Pros-DF). No relatório enviado pelo Itamaraty, informa-se que, no ano passado, o comércio bilateral entre os dois países chegou a US\$ 813 milhões, dos quais US\$ 290 milhões foram exportações brasileiras para aquele país, e US\$ 523 milhões, importações de produtos finlandeses.

A pauta exportadora brasileira consiste em 71,9% de produtos básicos, especialmente minério de ferro e café. As importações provenientes da Finlândia são quase todas de manufaturados, principalmente máquinas mecânicas, farmacêuticos e papel.

No que tange a investimentos, 54 empresas finlandesas atuam no Brasil. Essas companhias investiram 72,7 milhões de euros em filiais brasileiras.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Imigração venezuelana é tema de reportagem da Rádio Senado

Estreou na Rádio Senado ontem a reportagem especial O Grito que Vem da Fronteira, que trata da imigração venezuelana no Brasil causada pela crise econômica e política no país vizinho.

São cinco capítulos que serão apresentados até sexta-feira.

A veiculação da reportagem coincide com a entrada em vigor da Lei 13.684, que estabelece um marco regulatório de ajuda humanitária a imigrantes em situação de vulnerabilidade.

A lei teve origem na MP 820/2018, editada para enfrentar os problemas gerados pelo fluxo migratório da Venezuela para o Brasil e aprovada pelo Senado no dia 12.

O repórter Celso Cavalcanti conversou com imigrantes, autoridades públicas e representantes de organizações que se dedicam a prestar

atendimento humanitário aos venezuelanos que chegam ao Brasil por meio de Roraima, onde se instalam em condições precárias em Boa Vista e no município de Pacaraima. Estima-se em mais de 40 mil o número de imigrantes que já cruzaram a fronteira entre os dois países.

A Venezuela vive um momento de grave tensão política e crise econômica. Escassez de alimentos e produtos básicos, inflação fora de controle, desemprego e violência nas ruas são a expressão de um país dividido.

O Grito que Vem da Fronteira
Dia e horário: em cinco capítulos, até sexta-feira, às 22h e dentro do programa *Conexão Senado* (que vai ao ar das 7h às 9h). Reprise de meia hora (episódios consolidados) no sábado, às 10h, e no domingo, às 17h.
Pela internet: <http://bit.ly/PrimeiroItem>

Publicada lei de assistência a imigrantes no Brasil

Foi publicada no *Diário Oficial da União* a Lei 13.684, que define ações de assistência emergencial para migrantes e imigrantes em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Foi vetado o artigo que instituía uma espécie de cota de recepção de imigrantes por estado ou município.

A nova lei tem origem na MP 820/2018, aprovada pelo Senado no dia 12. A edição da MP foi motivada pela crescen-

te imigração de venezuelanos para Roraima, que deixam o país por causa da crise político-econômica, mas suas regras podem ser aplicadas também a outras situações, como o fluxo de haitianos para o Acre, cujo auge foi entre 2012 e 2015.

A nova lei condiciona a execução das ações de assistência à disponibilidade orçamentária. A prioridade de aplicação dos recursos será em ações e serviços de saúde e segurança pública. O texto

autoriza a União a aumentar o repasse de recursos para os fundos estaduais e municipais de saúde, educação e assistência social dos entes afetados após a aprovação de crédito orçamentário.

Para o presidente da comissão mista que analisou a MP, senador Paulo Paim (PT-RS), o texto é importante e tem o mérito de garantir a presença da sociedade civil na execução das medidas emergenciais.

Depois de fechar acordo com os parlamentares, o presidente da República vetou uma emenda que previa uma espécie de cota para os entes federados receberem imigrantes. O texto enviado à sanção previa que, para distribuir os migrantes pelo território nacional, o governo federal, em colaboração com estados e municípios, poderia propor cotas de migrantes a serem absorvidas por região, a partir da realização de prévia avaliação técnica da capacidade de absorção do território.



A lei foi motivada pela crescente imigração de venezuelanos ao Brasil

Tendência é eliminar direitos, conclui debate

Participantes de audiência na Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho defenderam redução de jornada semanal e a garantia de recebimento do salário mínimo

A TENDÊNCIA DO mercado de trabalho é eliminar direitos do trabalhador para transformá-lo em autônomo e utilizá-lo como fator de produção. A constatação é dos participantes da audiência pública realizada ontem na Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (CDHET). A reunião discutiu a jornada de trabalho, o trabalho extraordinário e o salário mínimo mediante o novo Estatuto do Trabalho (SUG 12/2018).

Segundo o relator da proposta, Paulo Paim (PT-RS), a iniciativa foi construída coletivamente com entidades que têm compromisso com o social.

— Trata-se de um texto técnico, legitimado por uma visão social, econômica e humanitária que nasce da própria sociedade e dos maiores especialistas brasileiros em legislação trabalhista. Queremos resgatar os direitos do trabalhador que só perderam com a reforma trabalhista.

O texto do novo estatuto propõe que a jornada de trabalho seja reduzida de 44 horas para 40 horas semanais e para 30 horas para trabalhadores em condições perigosas e insalu-



Relator da proposta, Paim (C) afirma que o texto do Estatuto do Trabalho resgata os direitos que o trabalhador perdeu com a reforma trabalhista

bres. Segundo a pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp), Paula Freitas, a proposta é válida, porque a jornada de trabalho não é restrita apenas à relação de trabalho.

— É algo que se expande e vai para as relações sociais, que definem quem somos nós. O trabalhador precisa ter tempo para educar seus filhos ou se qualificar de acordo com a demanda do mercado, por exemplo. A definição da jor-

nada de trabalho diz respeito à qualidade de vida desse trabalhador.

A sugestão em análise na CDH também estabelece como infrações graves o aumento da jornada de trabalho e a redução do salário mínimo. Para o representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Lucas Reis, o desrespeito a esses elementos atinge diretamente o cerne da legislação trabalhista.

— Esses elementos estão

intimamente ligados à saúde pública. O Brasil é o quarto país que mais mata os trabalhadores no ambiente de trabalho. Essa chacina acontece, pois as pessoas estão trabalhando demais e sem proteção.

Para a pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp), Ludmilla Abílio, além do salário mínimo não corresponder às necessidades mínimas do trabalhador, a reforma trabalhista garante

o recebimento de um valor ainda menor.

— O salário mínimo é importante não só no trabalho formal. É também um farol para os trabalhadores informais, pois é, culturalmente, aceito como o valor mínimo para a remuneração de um trabalhador. Com a reforma, o trabalho intermitente garante o rebaixamento do valor da força de trabalho. Ou seja, as pessoas podem ganhar, por lei, um valor inferior ao salário mínimo — afirmou.

Comissão avaliará operadoras de planos de saúde

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove hoje, a partir das 9h, audiência para debater o SUS, os planos de saúde privados e a situação das operadoras Geap e Capesau.

O debate, que foi pedido pelo senador Paulo Paim (PT-RS), terá a participação do representante do Movimento Chega de Descaso, Leandro Farias, do diretor de Atuação

Parlamentar do Instituto Brasileiro do Direito Previdenciário (IBDP), Diego Cherulli, e do diretor-presidente da Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde (Capesp), João Paulo dos Reis Neto.

Também foram convidados o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Floriano Martins

de Sá Neto, o diretor-executivo da Geap, Leopoldo Jorge Alves Neto, o consultor jurídico da Unidas, José Luiz Toro da Silva, e o representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Teomair Correia de Oliveira, entre outros.

A CDH é presidida pela senadora Regina Sousa (PT-PI).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

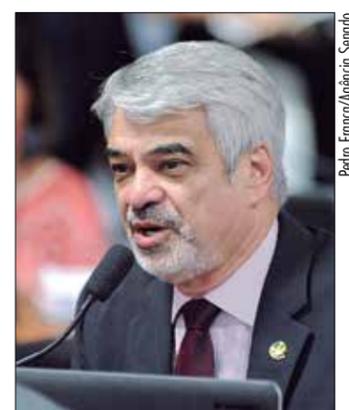
Medicamentos para doenças raras serão tema de audiência pública

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai debater hoje as dificuldades para aquisição de alguns medicamentos especiais para doenças raras. O Ministério da Saúde, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e representantes dos laboratórios Alexion Pharmaceuticals, Sanofi-Genzyme e Shire foram convidados para a audiência pública, prevista para começar às 14h.

A iniciativa é do senador Humberto Costa (PT-PE), que recebeu diversas queixas relativas à compra de medicamentos pelo Ministério da Saúde, assim como problemas de liberação junto à Anvisa.

Os preços cobrados pelos laboratórios também foram criticados: o Aldurazyme, por exemplo, fabricado pela Sanofi-Genzyme e indicado para tratar a mucopolissacaridose, custa mais de R\$ 2,7 mil a caixa pela internet. Segundo o senador, a finalidade da audiência é discutir essa questão com os principais envolvidos.

— Temos de debater a grave situação sobre a compra do medicamentos para doenças raras. E, neste caso específico, o Aldurazyme (laronidase), o Myozyme (alfa-*glucosidase*) e o Fabrazyme (beta-*agalsidase*)



Humberto recebeu queixas sobre compras pelo Ministério da Saúde

— disse o senador.

Existem cerca de 13 milhões de pessoas com doenças raras no Brasil, segundo levantamento da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa. São males como a esclerose lateral amiotrófica (doença degenerativa do físico Stephen Hawking), o hipotireoidismo congênito (que causa uma forma de nanismo), a doença de pompe (mal genético que causa hipertrofia cardíaca na infância), a fibrose cística do pâncreas ou do pulmão e até mesmo a doença celíaca (intolerância ao glúten).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Crise das santas casas vai ser analisada por colegiado

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) debaterá hoje com representantes das santas casas de misericórdia, de instituições filantrópicas e de secretarias municipais e estaduais de Saúde a situação dos hospitais filantrópicos no Sistema Único de Saúde (SUS). A audiência foi requerida pelos senadores Dalírio Beber (PSDB-SC) e Marta Suplicy (MDB-SP) e deverá começar às 10h30.

As dívidas das santas casas e hospitais filantrópicos de todo o Brasil deram um grande salto em pouco mais de uma década. Em 2005, o déficit financeiro do setor era de R\$ 1,5 bilhão. Em 2018, já estaria em R\$ 23 bilhões, segundo

a Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos. A crise se reflete na capacidade de atendimento: de acordo com a entidade, em 2015 foram fechados 218 hospitais sem fins lucrativos, 11 mil leitos e 39 mil postos de trabalho.

Ainda de acordo com a confederação, o valor repassado pelo Ministério da Saúde corresponde a cerca de 65% do gasto em um serviço. Para cada R\$ 100, os hospitais recebem R\$ 65 em média. Para tentar manter dinheiro em caixa, as santas casas recorrem a financiamentos e a empréstimos bancários, gerando um ciclo de endividamento.

A audiência servirá para instruir os trabalhos da comissão de avaliação da Política de Atenção Hospitalar e da Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no Sistema Único de Saúde (SUS).

Foram convidados o diretor-geral da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas, José Luiz Spigolon, o presidente do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas, Custódio Pereira, e representantes do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde e do Conselho Nacional de Secretários de Saúde.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate